

Introdução

Realismo nas ciências sociais

Margaret Archer

“*Mas a realidade social é diferente...*” Seja advinda de uma intuição do fenomenalismo popular (a intuição de que jogadores de futebol fazem mais do que ser meras bolas de bilhar), ou de uma longa tradição filosófica que acentua a intrínseca significância e dependência da atividade da sociedade (que são os principais meios de sustentar que a vida social não é auto-subsistente como a natureza), tal afirmação de diferença nos previne de caminharmos *diretamente* da parte 1 para a parte 2. A razão por trás deste embargo é sempre alguma convicção sobre a impossibilidade do naturalismo; a ontologia dos mundos natural e social sendo tão distintas, impediriam qualquer forma da reivindicada “unidade de método”.

Não é surpresa que, os mesmos que primeiro endossaram a “unidade de método” e buscaram transformar o estudo da sociedade de mera especulação em “ciência social”, o fizeram anulando as diferenças ontológicas entre a realidade natural e social. Comte foi prototípico e sua terminologia é reveladora: impregnado pela mecânica Newtoniana, ele concebia seu paralelo direto na “física social”. Mais tarde, esta seria chamada *la sociologie*, a soberania que conferia a esta rainha das ciências, derivava dela uma abrangência sobre todos outros temas. A imagem de um império onde o sol nunca se põe num esforço de encontrar equivalências entre a segunda lei da termodinâmica em todos os domínios. Desde o início, então, a “ciência” da sociedade foi predicada num processo mimético embutido num projeto empirista (que, assim, o limitou ao nível dos eventos observáveis) e, combinada com a busca por constantes conjunções (que, assim, resolvia correlações e desviava de mecanismos causais em seu modelo de explicação Newtoniano-Humeniano). Isto negava, simultaneamente, qualquer noção da sociologia como dama de copas, não apenas por sua hermenêutica cair no cientificismo, mas mais fundamentalmente porque homens e mulheres são reduzidos ao “material indeterminado” de Durkheim. Sendo unilateralmente moldados pelas propriedades holísticas da sociedade, tornam-se completamente desinteressantes, exceto como campo da socialização. Como “carne e osso”, as pessoas são (filogeneticamente) sujeitos da biologia e (ontogeneticamente) da anatomia e suas equivalentes contemporâneas.

O realismo crítico aceita o desafio da diferença entre realidade física e social, resistindo, também, à transição direta entre a primeira e segunda partes e se dissocia completamente do empirismo que foi tradicionalmente o fundamento da “sociologia científica”. Como Roy Bhaskar tem constantemente afirmado, seu livro poderia muito bem ser intitulado *A Impossibilidade do Naturalismo*, uma vez que este *não* defende uma unidade de método, *se* isso for tomado como sinônimo de “unidade de metodologia” na tradição positivista. Esta poderia ser grosseiramente representada como “Observação > Correlação > Explicação > Predição”. Tal representação difama, calunia tanto a realidade natural e social tão bem quanto as diferenças entre elas. Como já visto na parte 1, uma teoria realista da ciência rompe com todos os termos e equivalências acima. Pelo contrário, ela substitui a busca por mecanismos gerativos não-observáveis, cuja potência pode existir não exercitada ou ser exercitada de forma irrealizada, isto é, com resultados variáveis, devido à variedade de

contingências intervenientes, que não podem ser observadas em um ambiente fechado de laboratório.

No realismo social, a sociedade é um ambiente aberto por excelência: e não nos termos insípidos de livros didáticos que alertam para a dificuldade de “controlar variáveis externas”. Quando muito, isto aponta para o problema intransponível de introduzir um fechamento *extrínseco* ao sistema social, ou qualquer parte dele. Ignoram as fontes *intrínsecas* desta abertura, que impede ontologicamente tal fechamento. Para o realista, o único fator que garante que o sistema social permaneça aberto (e até impeça exercícios mentais de fechamento) é que ele é necessariamente povoado. Uma vez que o realismo insiste numa visão estratificada do social, mais do que qualquer outra realidade, então há propriedades e potências particulares às pessoas que incluem uma reflexividade e criatividade sobre qualquer contexto social com que se confrontem. Se é uma *impossibilidade* que bloqueemos a passagem em qualquer situação social para a intromissão de qualquer fator externo (assim realizando o fechamento extrínseco), teríamos, apenas, isolado aqueles que cuja inovação os permite projetar uma nova saída ou redesenhar criativamente seu ambiente (ausente de fechamento intrínseco). Resumindo, não há qualquer ordem fechada na sociedade, pois não apenas os investigadores, mas os próprios habitantes, podem se engajar em exercícios mentais e pô-los em prática. Esta é apenas a ponta do iceberg das diferenças ontológicas entre a realidade natural e social.

A realidade social é tão diferente que os “vexatórios fatos sociais” podem ser expressados neste enigma: o que é o que é... que depende da ação humana intencional, mas nunca se conforma às suas intenções? Que depende das conceitualizações das pessoas, mas que elas nunca conhecem totalmente? Que é sempre dependente da atividade, mas nunca exatamente corresponde às ações até dos mais poderosos? Que não tem forma organizacional sem nós, ainda assim, também nos forma seus criadores? E que cuja constituição nunca satisfaz os desígnios precisos de ninguém, mas por isso mesmo sempre motiva sua intentada reconstituição? Este é o enigma da “estrutura e agência” e sua solução última impede o cientificismo, até mesmo daqueles em que nele acreditem pela ciência.

Ao invés disso, quatro soluções principais foram oferecidas, todas que permanecem correntes, apesar da validação flutuante (correspondentes aos “*Quatro Conceitos de Estrutura Social*” sublinhadas por Porpora). Neles, é claro que nunca faltaram ontologistas na sociedade e há fortes tradições que afirmam que os constituintes finais da realidade social são coisas inteiramente diferentes. Historicamente, os dois primeiros competidores localizam tais constituintes respectivamente na “agência” e na “estrutura”. Estas são representadas no velho debate entre individualismo e coletivismo, que já fora bem articulado no século XIX. Assim, para J.S. Mill, “Os homens em estado de sociedade ainda são homens. Suas ações e suas paixões obedecem às leis da natureza humana individual. Os homens não são, quando reunidos, convertidos em outro tipo de substância com diferentes propriedades”¹. Da mesma forma, para Comte, “A sociedade não é mais decomposta em indivíduos do que uma superfície geométrica é decomposta em linhas, ou uma linha em pontos”².

¹ J.S. Mill, *A System of Logic: Ratiocinative and Inductive*, People's Editions, Londres, 1884, p. 573.

² Auguste Comte, *Système de Politique Positive*, 1. Mathias, Paris, 1951, vol. II, p. 181.

Assim, os termos do velho debate foram postos com Individualistas advogando um programa reducionista, de forma que os constituintes ontológicos últimos do mundo social eram os “indivíduos” cujas disposições eram o polo objetivo das explicações. Cada contribuição nessa seção repudia a ontologia social individualista e o reducionismo que é transmitido de maneira principiada ao programa explanatório do individualismo metodológico. O argumento pode ser demonstrado (ver o capítulo 2 do meu livro *Realist Social Theory*), mas a raiz da minha objeção ao reducionismo é capturada de forma mais sintética pelo comentário de Bhaskar, de que “os predicados designadoras de propriedades especiais das pessoas, todas, pressupõem um contexto social para o seu emprego. Um homem tribal implica uma tribo, a compensação de um cheque, pressupõe um sistema bancário. A explicação, seja por subsunção sob leis gerais, aversão para motivos e regras ou redescrição (identificação), sempre envolve predicados sociais irreduzíveis”.³

As deficiências da resposta coletivista, no debate que se deu nos anos 1950 e 1960, se dão basicamente por sua timidez ontológica; defensores assombrados pelo fantasma da reificação e paralisados pela necessidade de demonstração empírica. Referências a “fatos sociais” são, de fato, defendidos, mas como inextirpáveis “resíduos” (Mandelbaum), sem os quais as descrições individualistas permanecem incompletas. De maneira similar, suas explicações vêm combater “conceitos não reduzidos”, que tem de ser incorporados sempre que regras de composição, destinadas a reduzir “comportamento grupal” ao comportamento de indivíduos em grupo, desabam, a saber, na maior parte das vezes.⁴

Ao invés de levar adiante uma robusta ontologia da “estrutura social”, o Coletivista empreende um jogo metodológico defensivo, introduzindo “estrutura” como um coletivo díspar de fatores que são apenas aduzidas quando explicações individualistas fracassam. Ainda assim, quando os fatores estruturais são trazidos à tona, então, questões a respeito de seu estatuto ontológico não podem ser evitadas. Temia-se que afirmar sua realidade, ou apoiaria a existência de uma nova “substância social” ou projetaria entidades produzidas pela própria sociedade, independentemente das ações das pessoas, ainda que exercendo força superordenada sobre os atores. Para fugir de tais acusações, a tendência era de buscar abrigo ontológico sob uma “heurística” – afirmando apenas estar utilizando um constructo mental útil. Esta manobra defensiva pode ser visualizada na obra pioneira de David Lockwood e William Buckley e similares, nos anos 1960. Estes desejavam teorizar sobre a influência causal de propriedades sistêmicas precisamente para examinar a interação entre as “partes” da sociedade e das “pessoas”, mesmo assim, ambos iniciam se entrincheirando em dispositivos heurísticos.⁵ Gellner é revelador, aqui, pois ele claramente duvida que as

³ Roy Bhaskar, *The Possibility of Naturalism*, Harvester, Hemel Hempstead, 1989, p. 28.

⁴ Maurice Mandelbaum, “Societal Facts”, in John O’Neill (ed.), *Modes of Individualism and Collectivism*, Heinemann, Londres, 1973.

⁵ David Lockwood, “Social Integration and System Integration”, em G.K. Zollschan e W. Hirsch (eds.), *Explorations in Social Change*, Houghton Mifflin, Boston, 1964. Respondendo à questão “quais são os ‘elementos componentes’ dos sistemas sociais que dão origem à distensão, tensão ou contradição?” (p. 250), Lockwood primeiro responde que a distinção entre estas propriedades é “inteiramente artificial” (p. 245), mas, cinco páginas depois, esta afirmação heurística dá lugar à afirmação ontológica e metodológica de que o social e o sistêmico são “não apenas analiticamente separáveis, como também pelos elementos temporais envolvidos, são factualmente distinguíveis” (p. 250). William Buckley faz a mesma afirmação heurística em *Sociology and Modern Systems Theory*, Prentice Hall, New Jersey, 1967, que “a ‘estrutura’ não é nenhum construto abstrato, nem algo distinto do contínuo processo interativo, mas uma representação acomodativa e temporária dela em qualquer momento no tempo”. No entanto, nas posteriores (1998) compilações de suas obras, *Society: A Complex Adaptive System*, ele agora dá uma definição do sistema que é intransigentemente

propriedades estruturais e potências são propriamente representadas como constructos mentais, embora elas, “devo admitir timidamente”, realmente estejam lá.⁶

Não que os melhores entre os Coletivistas não quisessem reconhecer propriedades *relacionais* como influentes, nem que eles não reconhecessem seu estatuto de propriedades emergentes, o problema é que estas eram incapazes de ser conhecidas em termos empíricos, por informação sensível, uma vez que são inobserváveis. Falar de propriedades emergentes é simplesmente se referir àquelas entidades que vem a existir por combinação social. Existem por virtude das interrelações (apesar de não frequentemente interpessoais) e nem todas relações sociais lhes façam existir (compare a divisão do trabalho entre os industriais têxteis de Adam Smith, que geram o poder de produção em massa, com a abelha fiadeira, que não o gera). Agora, sendo a divisão do trabalho na indústria têxtil aceitável enquanto mecanismo explicativo do crescimento exponencial de produtividade (trabalhadores *observáveis* mais algumas regras de composição), constantemente desejamos falar do que resulta dos resultados de propriedades emergentes, isto é, sua própria combinação enquanto emergentes (como Adam Smith quis relacionar a emergência da produção em massa à Riqueza das Nações e tudo que, então, proveio de sua, mais uma vez relacional, ordem hierárquica). Ainda assim, a realidade de conceitos relacionais não pode ser assegurada pelo critério perceptual do empirismo; a alternativa é demonstrar sua eficácia causal, isto é, empregar um critério causal para estabelecer a realidade. Aqui, a concepção empirista de causalidade, em termos de conjunções constantes Humeanas, a nível de eventos observáveis, representa mais uma barreira. Pois “estruturas internamente relacionadas” podem ter poderes não exercitados devido às intervenções contingentes, inextrincáveis dos sistemas abertos, e portanto “propriedades emergentes”, não necessariamente ou frequentemente são demonstráveis por alguma covariância regular em eventos observáveis e, portanto, quase sempre falharão em estabelecer uma afirmação da realidade do critério empirista de causalidade.

Apenas com a derrocada da hegemonia empirista e enfraquecimento do domínio positivista, não tomar nem o lado individualista, nem o coletivista, se tornou uma opção genuína. O que deu errado na sociologia (em defender uma teoria social geral) foi basicamente um desencantamento ontológico e um crescente e tórrido *affair* com a epistemologia. Isto cortou suas amarras com a realidade (ou sua análise) no renascido idealismo do “discursivo” e mecanismos associados e projetos de persuasão retórica – a “metodologia” da equivocada virada linguística. Pois não há inocência em cometer a falácia epistêmica que está implicada em afirmar que “tudo na nossa vida social pode se dizer ter se tornado cultural”⁷ (e ontologicamente poque deveria a cultura ser considerada um textualismo plástico?). “Mitos” explicativos estão descartados, mas narrativas retóricas são muito bem vindas – especialmente na maior das narrativas, da mais interessante das épocas, a saber, a suplantação da homogênea entidade chamada “modernidade” e o advento do “pós-moderno”. Assim, a montagem retórica de aspecto foucaultiano, cuja colagem

realista uma vez que o define como “um complexo de elementos ou componentes diretamente ou indiretamente relacionados numa rede de interrelações de vários tipos, de forma que constitui um todo dinâmico com *propriedades emergentes*” (p. 36, grifos meus).

⁶ Ernest Gellner, “Holism versus Individualism”, in May Brodbeck (ed.), *Readings in the Philosophy of the Social Sciences*, Macmillan, Nova York, 1971, p. 264.

⁷ Esta frase (de Jameson) é parte do idealismo pós-moderno, resumido no credo, “*il n'y a pas dehors texte*” [não há nada fora do texto].

verificativa funciona por persuasão sem um contexto ou justificativa, segue imune à crítica. Tente fazê-la e a retórica bate em retirada epistêmica – é *meramente* retórica, uma imagem num novo mundo que permite mil imagens florescerem, privilegiando sua pluralidade e nos aconselhando a aumentar nossa tolerância à incomensurabilidade. No entanto, esse estado de espírito considerado possível no Ocidente é um luxo dependente do estado do resto. A experiência pós-moderna não é possível globalmente para os que precisam de pão, não de circo, e procurando liberdade de expressão, não liberdade expressiva. Há requisitos materiais transcendentais para a existência de um College de France e a prática privilegiada de “brincar com as peças”.

Em última análise, qualquer representação de “estruturas” como construtos, sujeita apenas à negociação discursiva, abandona a emancipação humana. Assim, Rorty acaba com seu projeto estético de “autoampliação” a partir das pré-condições estruturais da subsistência econômica e libertação da opressão política, que são integrais a qualquer definição social de bem viver. No entanto, não podem haver protestantes pós-modernos pois “agência”, como “estrutura”, foram extirpadas de propriedades “sem texto”. No anti-humanismo literal do pensamento pós-moderno, a humanidade se torna o “referente esponjoso, o opaco, mas igualmente translúcido nada” de Baudrillard, o ponto nodal de Lyotard através do qual passam mensagens culturais multifatoriais, ou o brutalismo Foucaultiano, “o Homem (sic) chegou ao fim”. Ainda assim, transcendentemente, temos de questionar com o que se pareceria a humanidade se a “ciência social” pode possivelmente servir totalmente ao que aspira o universalismo. E a resposta tem de se dar em termos de uma unicidade da humanidade que nos vê como mais do que parcelas orgânicas similares com coordenadas espaço-temporais e nomes próprios. A menos que nos atenhamos à humanidade como tipo natural (como seres-espécie que é mais que sua biologia, mas menos que sua socialização), tudo é possível, mas não nos levará a lugar nenhum além de um mero jogo linguístico acadêmico.

Daí, a necessidade do esforço de decifrar a constituição da sociedade e reconfrontar o problema da estrutura e agência além dos limites do empiricismo, especialmente agora, que a possibilidade de transcender os termos do “velho debate” entre Individualismo e Coletivismo pode ser visualizada. A derrocada do positivismo também foi a derrocada da visão de que todo conhecimento é obtido da experiência humana, pois, tão somente, então, os “indivíduos” (os únicos capazes de *experienciar*) perderam sua primazia automática sobre a teorização social. Simultaneamente, características inobserváveis da sociedade puderam prevenir a suspeita de que eram reificadas (pois incapazes de ser *experienciadas* como dados sensíveis), ao invés de reais. Isso, então, abriu o caminho para uma reformulação ontologicamente robusta das ciências sociais, ao invés de rogar uma praga contra todo esforço científico de afirmar algo sobre a realidade social e licenciar a primazia epistemológica (e brincadeira investigativa) do pós-modernismo. Uma vez mais o realismo e o idealismo se confrontam, mas dessa vez é a alternativa realista que rompe com o empirismo sustentado em argumentos transcendentais sobre o que fez a sociedade um objeto de investigação possível, enquanto o idealismo os abandonou, até como categorias do pensamento, ao se contentar com a celebração de jogos linguísticos locais incomensuráveis.

A carta-régia de Bhaskar em nome do realismo social se baseia firmemente numa rejeição do positivismo mas não é neutra em relação à variedade de abordagens atuais na teoria

social. Uma ontologia social não dita uma forma específica de teoria social prática, mas como ela se compromete (corretamente) com o que existe, então, é necessário regular um programa explanatório pois sua especificação de constituintes (e não-constituintes) da realidade são os únicos que podem aparecer em afirmações explanatórias (que não eliminam o debate *substantivo* sobre os mais promissores concorrentes dentro o domínio abstratamente definido do Real). Nesse sentido, o realismo social não se diferencia do individualismo, coletivismo ou qualquer outra perspectiva desenvolvida, pois, logicamente, sempre deve haver uma relação regulatória tripartite governando a etiologia da teoria e a divisão do trabalho em seu interior, tanto que a seguinte fórmula é universal:

Ontologia Social (OS) → Metodologia Explanatória → Teorias Sociais Práticas

Em contraste, o instrumentalismo desacopla o último elemento dos dois anteriores. Não há trabalho em sentido reverso às conexões empíricas encontradas entre problemas sociais e propriedades ou condições relacionadas, pois a composição da metodologia explanatória (ME) é meramente a coleção de indícios que demonstraram sua funcionalidade. Tais conceitos, cujo único denominador comum é sua utilidade preditiva (isto é, a capacidade de dar conta de alguma variância nos fenômenos), previne a destilação de uma ontologia social dessa grupo diverso, uma vez que nada pode evitar sua inconsistência mútua. Por outro lado, o pós-modernismo procede na direção oposta, se desligando da ontologia social da metodologia explanatória e teorias sociais práticas (TSP). Pois a realidade social é definida como discursiva, mas os discursos por si mesmos são considerados incomensuráveis e intraduzíveis, não sendo possível derivar daí uma ME. Ela apenas o governa no sentido de condenar o empreendimento explanatório como tal e de substituí-lo pela apreciação estética. Como consequência, o pós-modernismo representa uma recusa por princípio de “avançar” em direção às TSP.

A teoria social realista parte de três premissas ontológicas básicas sobre a realidade social. Estas são sublinhadas no capítulo 1 de *A Possibilidade do Naturalismo* e resumidas no início do capítulo de William Outhwaite, a saber: *intransitividade*, *trans/atualidade* e *estratificação*. Aqui, quero comentar brevemente sobre o papel que estas têm na fórmula OS → ME → TSP. Primeiro, a rejeição do positivismo depende de substituir uma ontologia das estruturas por uma ontologia dos eventos observáveis. Em outras palavras, a existência de entidades intransitivas, que é independente de sua identificação, é uma condição da possibilidade de uma ciência social. Sem isso, não poderia haver programa explanatório. A explanação de questões sociais requer a afirmação genérica de que há um estado da matéria que é o que é, independente de como a vemos, escolhemos ver ou somos manipulados a ver. Isso previne qualquer colapso do ontológico no epistemológico e condena estes que endossam este movimento da “falácia epistêmica”, a saber, a confusão entre o que é e o que consideramos ser. Inversamente, o realista insiste que o que é põe limitações sobre como nós podemos interpretá-lo.

No entanto, a coisa social não é imutável: na verdade, uma das características definidoras da sociedade é sua natureza morfogênica, sua capacidade de se metamorfosear (e sua ausência de qualquer estado preferencial ou o equivalente cibernético dos mecanismos de *feedback* homeostático que supostamente garantem a quimera chamada de equilíbrio social). Ainda assim, se a mutabilidade é intrínseca à sociedade como um tipo natural, então, quais

são os objetos intransitivos (portanto duráveis) de nosso estudo? Aqui, Bhaskar é ontologicamente preciso e, portanto, serve à regulação do programa explanatório do realismo social: “nem indivíduos, nem grupos satisfazem os requisitos da continuidade, pela autonomia da sociedade sobre momentos discretos do tempo. Na vida social apenas relações perduram”.⁸ Consequentemente, segue-se para a ME que o realismo “será visto como implicando uma concepção *relacional* do objeto de estudo das ciências sociais”.⁹ Por sua vez, isso significa que a teorização reducionista é descartada, pois tais manobras para cima ou para baixo pretendem eliminar o relacional para chegar ao real – o constituinte último da vida social. Seja este considerado o “individual” ou “societal”, os outros elementos tornam-se epifenomênicos e, portanto, a *reflexão* é substituída pela interação entre os dois (*relacional*). Portanto, programas explanatórios como o individualismo metodológico realista ou o holismo metodológico realista são simplesmente inconcebíveis. Pela sua ontologia social, o realismo deve gerar uma forma de teorização que transcenda este velho debate nas ciências sociais.

A segunda premissa chave é aquela da *trans/atualidade* dos mecanismos (isto é, que suas atividades são contínuas e invariantes, decorrentes de suas propriedades e potências relativamente persistentes, apesar dos resultados demonstrarem variabilidade em sistemas abertos). Isto, mais uma vez, implica tanto numa suposição genérica como também tem um impacto específico no programa explanatório. Genericamente, a transfactualidade implica que, embora a forma da sociedade em qualquer dado tempo é historicamente contingente, isto não é o mesmo que ver as coisas sociais como puramente contingentes. Fosse esse o caso, então a noção de ciência social cairia por terra e não haveria história para se apoiar, uma vez que a pura contingência também descarta até o mais modesto cronista do movimento browniano histórico, já que não há história para contar. Em qualquer campo, se toda ocorrência é contingencialmente relacionada e tudo é fluxo, então a ousada conjectura de Popper, como a grande narrativa histórica, não é corajosa, mas insana. Nem a aparente humildade do *petit recit* constitui um abrigo, pois este também se vale de uma relativa durabilidade do local. Em resumo, apenas na suposição metafísica de que algumas relações são necessárias e, no mínimo, relativamente persistentes, podemos, com um mínimo grau de razoabilidade, nos ocuparmos da prática científica ou de estudar a sociedade. Antigas tradições de teoria social não apenas assumiram esse compromisso com a determinação, como também partiram de um compromisso precedente com o ordenamento duradouro da sociedade. O realismo social, por outro lado, reconhece que a transfactualidade é apenas *relativamente* duradoura e quintessencialmente *mutável*, o que quer dizer que seu programa explanatório (ME) não tem uma bagagem de preconceções de que o ordenamento social (em qualquer época ou através destas) seja como qualquer outra forma de realidade (mecânica ou orgânica), nem que sua totalidade seja homóloga a qualquer de suas partes (linguagem), ou estados (sistemas cibernéticos simples). Se a sociedade só é como ela mesmo, ou seja, que é contingente *que* qualquer estrutura social particular exista, então nos comprometemos a fornecer uma forma de explanação particular – uma história analítica de sua emergência, do porquê é assim e não de outro jeito – em S1, T1. O ME realista se recusa a usar bengalas analógicas, que produzem retrodições inadequadas pois *presumem* um mecanismo transfactual de um tipo particular, enquanto a tarefa do realista é encontrá-los e as tendências que emanam dele.

⁸ Roy Bhaskar, *The Possibility of Naturalism*, op. cit., p. 41.

⁹ Ibid, p. 26.

Finalmente, a insistência do realista de que a realidade é *estratificada*, sustenta a rejeição geral de uma ciência social ou qualquer outra ciência sustentada apenas em dados sensíveis superficiais. Portanto, Bhaskar sustenta que “ao ocultar uma ontologia baseada na categoria da experiência, três domínios de realidades (o domínio do real, do factual e do empírico) desabam em um”.¹⁰ Esta ausência de profundidade ontológica, impede questões cruciais sobre as *condições* sob as quais a experiência é passível de agência (observar uma cerejeira na Inglaterra depende da sua importação da China, assim como experimentar discriminação educacional é posterior a uma dada definição de conquista ser institucionalizada, ou dever aluguel depende de relações antecedentes entre senhorios e inquilinos). Em termos de um programa explanatório, a natureza estratificada da realidade introduz uma necessária historicidade (por mais curto que seja o período de tempo analisado), pois, ao invés de explicações horizontais relacionando uma experiência, observável ou eventual a outra, o fato de que estas por si mesmas são condicionais a antecedentes, requer explicações *verticais* em termos das relações gerativas indispensáveis à sua compreensão (e igualmente necessárias para dar conta da não-compreensão sistemática de não-eventos e não-experiências – como a ausência de líderes do executivo negros no Ocidente). Profundidade ontológica introduz, necessariamente, causalidade vertical que implica, simultaneamente, uma temporalidade.

Andrew Collier mostra que, ainda que a cadeia de causalidade horizontal pode ser estendida para trás indefinidamente (“e portanto o reino se perde; tudo por uma prego”), não obstante, a produção factual de qualquer dado evento depende da precisa conjuntura de fatores presentes no presente, que juntos são suficientes para produzi-lo. No entanto, como mostra sua análise das práticas ideológicas, sua eficácia depende, por superimposição, de relações na dimensão vertical que o precedem, mas que, ainda, pressupõem para sua efetividade.¹¹ Tal historicidade/temporalidade das explicações verticais é intrínseca ao fato de que todas práticas legitimadoras “pressupõem um estrato ideológico que elas não criaram... a religião produz as igrejas, não o contrário. E se já não tivéssemos adquirido uma certa ideologia da prática de fazer a feira, as agências publicitárias não teriam como apresentar a austeridade como ‘boa economia doméstica’”.¹² Claro, tal historicidade é integral à natureza do próprio argumento transcendental. Quando perguntamos o que é preciso para x evento ser possível, pressupomos qualquer forma de realização de x evento mediante a materialização prévia das condições de sua possibilidade.

É por isso que Bhaskar afirma inequivocamente que “formas sociais são uma condição necessária a qualquer ato intencional, [e] que sua *pré-existência* estabelece suas *autonomia* como objetos possíveis de investigação científica”.¹³ Alguns dos que investigam a teoria social tem buscado fugir da implicação de uma verticalidade-historicidade, sustentando uma simultaneidade dos elementos constituintes da realidade social.¹⁴ Isto, como será visto, é

¹⁰ Ibid., p. 15.

¹¹ Andrew Collier, *Scientific Realism and Socialist Thought*, Harvester Wheatsheaf, Hemel Hempstead, 1 989, p. 56.

¹² Ibid., p. 54.

¹³ Roy Bhaskar, *The Possibility of Naturalism*, op. cit., p. 25.

¹⁴ Derek Layder corretamente repreende a teoria da Estruturação por endossar o “modelo de simultaneidade”. Pois “como poderiam estruturas objetivas ambas estar fora e serem determinantes da interação, enquanto ao mesmo tempo são o resultado gerado internamente de tais interações? É isso que o modelo de simultaneidade nos exige que aceitemos”. *Structure, Interaction and Social Theory*, Routledge and Kegan Paul, Londres, 1981, p. 3.

sempre o caso para aqueles que enfatizam a afinidade entre Bhaskar e Giddens e teremos de examinar tais argumentos em relação às contribuições de Manicas, Archer e Porpora. Primeiro, no entanto, há o problema mais amplo a examinar, se o realismo crítico promove uma forma particular de teorização social ou se ele é amplamente compatível com um largo espectro de abordagens. William Outhwaite inicia fazendo uma pergunta básica nesse contexto, a saber, quais são as implicações de uma teoria realista da ciência na pesquisa social? Tendo destilado os cinco princípios ontológicos principais do realismo, ele então aplica um poderoso telescópio sobre a pesquisa social, através do qual ele enxerga uma larga gama de abordagens que são compatíveis ao realismo. Como em toda forma de ecumenismo, é importante saber o que o incita: aqui, há duas razões.

A primeira é algo que Bhaskar chama de “trabalho basilar” [do inglês “*underlabouring*”, N.T.: o termo foi traduzido como trabalho basilar, embora nas traduções de John Locke, de onde Bhaskar empresta o termo “*underlabour*”, tenha-se preferido o termo trabalho inferior, que designa o trabalho daqueles que limpavam a sujeira superficial do caminho, como forma de se referir aos cientistas que fazem o trabalho de pesquisar temas mais básicos, práticos, imediatos, etc.]. Sendo uma filosofia da ciência, o realismo oferece uma metateoria ou “ontologia filosófica”, mais do que uma “ontologia científica” que nos diz quais estruturas, entidades e mecanismos fazem o mundo (nesse caso, social). Portanto, Outhwaite defende que, em princípio, uma metateoria realista não ordenaria por si só que explicações sejam lançadas em termos de ação social ou estrutura social. No entanto, na prática, trabalhadores basilares nas ciências sociais não poderiam evitar de abordar a sociedade, uma vez que sem qualquer referência à sua constituição, como a transferência ontológica do realismo poderia ser sequer considerada, quem dirá recomendada? É crucial, assinala Outhwaite, que o filósofo realista deve ao menos se assegurar de que existem objetos intransitivos com relativa durabilidade no que tange à vida social. E não se pode afirmar isso sem afirmar, no mínimo, de que há tais contentores, sendo os principais deles “estrutura” e “agência”. Então, “nosso” problema imediatamente se torna problema “deles”. Sendo assim, torna-se claro que as relações que perduram não podem ser captadas em termos de indivíduos e grupos (Outhwaite e Bhaskar rejeitam em igual medida o individualismo), ou em termos de propriedades holísticas que implicam a reificação. Estas devem estar ancoradas em mediação agencial. Em outras palavras, tomar parte na larga gama de abordagens não pode ser tão inclusivo e a exclusão inicia quando tanto o trabalhador basilar quanto o jardineiro iniciam a investigação da “estrutura” e “agência”, que é inevitável para fazer afirmações sobre a sociedade, inclusive a afirmação de que o realismo é apropriado ao seu estudo.

A segunda razão para o ecumenismo de Outhwaite incita a questão sobre *o que são* os “objetos intransitivos” nas ciências sociais, isto é, aquelas coisas que existem e agem independentemente das nossas descrições a seu respeito? Aqui, mais uma vez, Outhwaite é bastante latitudinal pois ele incluirá abordagens construtivistas que sustentam que as estruturas elementares da sociedade não passam de conjuntos de interpretações (relativamente duradouras). Em um sentido, não há dificuldade em sustentar (como o fez em *Culture and Agency*)¹⁵ que sistemas culturais têm exatamente a mesma prioridade temporal, autonomia relativa e eficácia causal, vis-à-vis ação sociocultural como têm as propriedades estruturais. Similarmente, o próprio Bhaskar afirma que o realismo pode sustentar “a intransitividade das crenças e significados”¹⁶, pois nenhuma proposição

¹⁵ Margaret S. Archer, *Culture and Agency: The Place of Culture in Social Theory*, Cambridge University Press, 1989.

¹⁶ Roy Bhaskar, *The Possibility of Naturalism*, op. cit., p. 22.

teórica pode ser levada a cabo *ex nihilo*, mas que se deve erguer sobre os ombros que teóricos anteriores e confrontar o corpus de conhecimento pré-existente.

No entanto, parece que a generosidade inclusiva de Outhwaite se articula, na verdade, em sua crença da dependência conceitual da vida social (embora, não na infalibilidade de suas concepções, cuja incorreção é, às vezes, essencial à possibilidade de tais atividades como a mentira). Ao invés disso, ele atribui particular importância às ações que, como as brigas, dependem de os agentes saberem o que estão fazendo. Sem dúvida, tal categoria de atividade existe onde a dança e os dançarinos são praticamente um: mas isso deveria ser paradigmático? Aqui, Outhwaite parece dizer que “sim”, dada sua citação aprovadora de Harré: “nas ciências social, fatos, *no nível em que os experimentamos*, são inteiramente criações de sua teorização, de sua interpretação”.¹⁷ Isso parece igualar a *experiência interpretada* do agente com a *eficácia* de um fato, assim, descartando aqueles fatores que nos influenciam, como restrições ou habilitações, sem *qualquer* conceitualização delas da nossa parte. Sempre desejaria defender a existência dessa categoria, pois os efeitos de fatores estruturais como inflação, sobre o poder de compra, são causalmente influentes sobre se temos qualquer concepção de economia ou não. Sustentar o inverso é, ou negar sua existência, ou fazer toda consequência não-intencional transparente (em princípio) para os atores e, mais contenciosamente, não ter qualquer influência ao menos e até que tenha sido discursivamente mediada. Ainda assim, pensionistas são constrangidos a escolher entre pagar a conta do gás ou fazer a feira, *independentemente* de sua compreensão sobre rendimentos indexados. Não discordamos que fatores estruturais requerem mediação agencial para serem influentes, mas, enquanto Outhwaite exige que esse processo seja mental, eu enfatizaria as formas em que a estrutura molda as situações que confrontamos e também a influente distribuição de recursos materiais e culturais com os quais podemos conduzir estrategicamente essa confrontação. Algumas coisas nos passam despercebidas e o efeito de muitas que passam diante dos nossos olhos não nos requerem que as confrontemos.

O que está realmente em questão aqui é a interface entre o realismo crítico e a hermenêutica. Outhwaite quer uma grande ponte engarrafada, e isto ele garante metodologicamente ao designar conhecimento de senso-comum como entrada para as interpretações e, portanto, para as estruturas. Ao invés de nos confinarmos nessa entrada agencial, prefiro a porta-dupla que nos permite acesso estrutural possível através da detecção da eficácia causal das propriedades que não dependem da consciência de sua existência. Ao sustentar esta distinção entre estrutura e agência (e a decoupage entre ontologia e epistemologia), permite-se *também* explicar o *esforço* hermenêutico de fazer sentido do nosso ambiente, e fazer confusão dele pois nem sempre tudo é revelado à consciência e, às vezes, isto o é pois ele é formulado além da nossa percepção consciente. Revelar isso é o que faz o realismo *crítico* e lhe confere seu potencial emancipatório: às vezes, podemos apontar as causas contextuais da falibilidade epistêmica. Sejam elas manipuladas ou circunstanciais, não há justificativa para o confinamento de causas sociais ao mental ou campo dos significados. É, também, o que faz o *realismo* social: não desvelamos estruturas sociais reais entrevistando pessoas em detalhe.

“Então, por que ser um realista social?” Aqui, Outhwaite se ausenta da atividade prática (TSP), consistente com sua visão do realismo como “ontologia filosófica”. Portanto, “a

¹⁷ William Outhwaite, *New Philosophies of Social Science*, Macmillan, Londres, 1987, p. 52.

mais potente razão para adotar a metateoria realista é a aquisição de uma estrutura de discussão racional para questões ontológicas”.¹⁸ Ele quer nos persuadir a aderir à ampla gama de abordagens para nos manter falando. Sou parte do negócio sujo da teoria social prática e, ainda que concorde que Harré e Bhaskar estejam ambos buscando compreender as “estruturas gerativas fundamentais e mecanismos gerativos da vida social”,¹⁹ uma vez que o primeiro cogita apenas possibilidades mentalistas e o segundo não, então, um dos dois tem de estar (fundamentalmente) equivocado. Como socióloga realista, tenho de decidir qual é o caso, para poder desenvolver qualquer proposição explanatória concreta. De qualquer forma, deixe-nos falando e evite a excomunhão, mas, enquanto *trabalhamos*, não o fazemos como sociólogos agnósticos a respeito da natureza das estruturas ou dos agentes.

No entanto, aqui está o cerne da questão: de que maneira um realista pode conceituar propriedades sociais intransitivas como pertencentes *sui generis* à sociedade, dado o fato incômodo de que as coisas sociais, diferente das coisas naturais, são *todas* dependentes da atividade? Se é este o caso, não são as propriedades estruturais e culturais (os principais contentores da intransitividade social) inseparáveis dos atos agenciais, ou seja, que elas não são *sui generis* à sociedade? Esta é a potência da crítica de Benton. Tomando a aceitação de Bhaskar de que um dos limites do naturalismo é o fato de que estruturas sociais são presentes apenas em e através de atividades de agentes humanos, Benton conclui que Bhaskar pode apenas distinguir entre as potências possuídas por agentes em virtude de suas naturezas intrínsecas e aquelas possuídas em virtude de suas propriedades relacionais, nenhuma das quais serve para sustentar que estruturas sociais seriam possuidoras autônomas de potências causais. Assim, Benton defende que todo esse esforço conjunto parece colapsar de volta no individualismo; embora ele suspeite que sua própria conclusão não seja estanque.

Argumentos um tanto similares são empregados por Manicas quando este novamente aponta a dependência da atividade como característica, o que significa que a estrutura social não existe da mesma forma que um campo magnético existe. Como ele afirma, “a razão seria essa: a sociedade encarna as práticas e produtos dos seus membros”.²⁰ Do fato de que a sociedade não existe fora das práticas dos indivíduos, Manicas, entre outros, então, vê afinidades bastante íntimas entre o modelo transformacional de Bhaskar e a “ontologia da práxis” de Giddens, onde “a estrutura entra simultaneamente na constituição do agente e das práticas sociais, e ‘existe’ nos momentos gerativos dessa constituição”.²¹ Desenvolvendo esse caso, então o realismo social colapsa na teoria da estruturação: e o estatuto ontológico da realidade social é reduzida às aspas irônicas.

Por outro lado, as contribuições de Porpora, Archer e Collier resistem ambos aos acima citados “colapsos”, mantendo a distinção da abordagem crítica realista precisamente porque eles acreditam que propriedades emergentes podem ser sustentadas como pertencendo ao *sui generis* social. Como então eles reivindicam profundidade ontológica e justificam “estrutura” e “agência” ser tratadas como estratos distintos da realidade social *sem* negar a dependência da atividade da sociedade sobre seus agentes? Basicamente, seus argumentos se dão por enfatizar, como Bhaskar, “a importância de distinguir

¹⁸ Ibid., p. 59.

¹⁹ Ibid., p. 5.

²⁰ Peter T. Manicas, *A History and Philosophy of the Social Sciences*, Basil Blackwell, p. 22.

²¹ Anthony Giddens, *Central Problems of Social Theory*, Macmillan, London, 1979, p. 5.

categoricamente pessoas e sociedades”, pois “as propriedades possuídas pelas formas sociais podem ser muito diferentes daquelas possuídas pelos indivíduos de quem cuja atividade elas dependem”.²² Para Bhaskar, este efeito das propriedades emergentes implica que algum “ponto de contato” é requerido entre os dois e que sua ligação depende de um “sistema de mediação” consistindo das “*posições* (lugares, funções, regras, tarefas, obrigações, direitos, etc.) ocupadas (preenchidas, assumidas, promulgadas, etc.) pelos indivíduos e das *práticas* (atividades, etc.) nas quais, em virtude de sua ocupação dessas posições (e vice versa), eles se empenham”.²³

A distinção entre posições e práticas é crucial e é pela manutenção e trabalho em suas implicações que o que é *sui generis* à sociedade pode ser extraído. Embora Manicas tenha argumentado (acima) que a sociedade é a encarnação das *práticas e produto* de seus agentes, é a atenção exclusiva que ele dá às *práticas* que induz suas inclinações a Giddens e a alegada afinidade com sua “ontologia da prática”. Inversamente, se aos *produtos* é dada sua devida relevância e *posições* não se confundam com *práticas*, então, a inclinação é impedida e o realismo social representa uma abordagem que é antitética à teoria da estruturação. Para defender essa tese, Porpora insiste que “relações tem propriedades causais independentes [*sui generis*] e, além disso, que tais relações, *uma vez estabelecidas*, têm, analiticamente, prioridade sobre os *subsequentes* comportamentos baseados em regras dos atores”.²⁴ Em resumo, as *posições* devem preceder as *práticas* que engendram: embora a atividade seja necessariamente incessante para a sociedade se dar, ela é descontínua por natureza pois mudanças na estrutura social, então, condicionam práticas em formas distintivamente diferentes. Portanto, os “efeitos causais da estrutura sobre os indivíduos são manifestos em certos interesses, recursos, potências, impedimentos e dilemas estruturados que são embutidos em cada posição pela rede de relações. Estes incluem as circunstâncias materiais nas quais as pessoas devem agir e que as motivam a agir de certas formas”.²⁵ E essas formas que padronizam a interação social são incompreensíveis sem referência prévia às influências condicionais (que são, portanto, anteriores) da posição, dos recursos associados à ela e os interesses investidos nela, nenhum dos quais podem ser capturados por uma rede sem costura de “práticas”.

Assim, questiona Porpora:

Se agora queremos analisar a interação dos incumbentes dessas posições, a questão é qual tem prioridade analítica, a relação estabelecida na qual elas entraram ou a maneira de forma-regra, rotineira de interação que estabeleceram subsequentemente. Parece claro que a relação e potências causais que ela proporciona ao comandante é o que determina predominantemente o caráter da interação subsequente. Muita dessa interação sequer é forma-regra. As regras não geralmente dizem ao subordinado que ele ou ela devem suportar os acessos de raiva do comandante”.²⁶

Este argumento é idêntico à crítica de Thompson²⁷ à teoria da estruturação que demonstra que certas práticas não podem sequer ser propriamente *identificadas* sem referência à

²² Roy Bhaskar, *The Possibility of Naturalism*, op. cit., p. 35.

²³ *Ibid.*, p. 41.

²⁴ Douglas V. Porpora, “Four Concepts of Social Structure”, *Journal For The Theory Of Social Behaviour*, 192, 1989, p. 206.

²⁵ *Ibid.*, p. 200.

²⁶ *Ibid.*, pp. 20-8.

²⁷ John B. Thompson, “The Theory of Structuration”, em David Held e John B. Thompson (eds.), *Social Theory in Modern Societies: Anthony Giddens and His Critics*, Cambridge University Press, 1989.

ocupação de posições que são embutidas por si mesmas em estruturas mais amplas, nem se pode explicar padrões regulares de ação como coincidências do voluntarismo, mas são apenas explicáveis como sendo posicionalmente condicionados.

Tudo isso é inteiramente congruente com minha contribuição que aborda a questão da dependência de atividade ao perguntar das atividades de *quem*, distribuições, posições, papéis e instituições particulares elas mesmas dependem? Uma vez que a resposta é que a estruturação dos citados anteriormente se deu a partir das *atividades passadas* dos agentes (possivelmente já mortos), então, a emergência de tais propriedades e potências não pode ser atribuída às práticas dos *agentes atuais*, que podem manter e transformar as existentes, ao invés de criá-las mas cujas ações estratégicas são condicionadas pelo seu contexto estrutural e cultural herdado, ao fazê-lo. Ademais, na qualidade de agentes, eles são moldados e remoldados em suas tentativas sequenciais de remoldar as estruturas com que se confrontam mas que não criaram. Discussões sobre a continuidade ou atividade não devem ser confundidas com a natureza contínua da agência. Uma posição tem de existir previamente à sua ocupação e até mesmo se as mesmas pessoas se tornam incumbentes das novas posições elaboradas, o novo conjunto de relações internas em que eles são, então, envolvidos, exercem uma influência condicional *sui generis* sobre eles – que é causalmente detectável precisamente através de suas *práticas* modificadas como agentes e através da elaboração da própria agência.

Isto significa que a transformação estrutural e agencial não estão apenas aleatoriamente fora de sincronia (devido ao exercício de suas respectivas potências), mas que estamos lidando com um fenômeno inerentemente “tenso” pois *dadas* estruturas e *dados* agentes o são em relações temporais de prioridade e posterioridade um para com o outro. Portanto, enfatizar a necessária continuidade da atividade para a existência da sociedade é apenas afirmar o truísmo de que “sem pessoas, não há sociedade”. Metodologicamente, a dependência da atividade nos previne de um dualismo analítico (não filosófico), mas se considerarmos a tensão, ainda podemos distinguir propriamente ciclos de “Condicionamento Estrutural → Interação Social → Elaboração Estrutural” de acordo com as propriedades emergentes que nos interessem, dentro do fluxo existencial. Isto é não apenas compatível com o modelo transformacional de ação social como sublinhado em *Possibility of Naturalism* como está de acordo com seus desenvolvimentos nos últimos escritos de Bhaskar. Portanto, em *Dialectic*, Bhaskar insiste que a realidade social “*deve ser diferenciada em momentos analiticamente discretos [...] como ritmicamente processuais e plásticos em seu cerne. Isto é uma característica que [...] a distingue da estruturação, ou mais geralmente, qualquer teoria de ‘conflação central’.*”²⁸ Sugiro que tais ciclos morfogênicos, baseados em duas simples proposições, que a estrutura necessariamente precede as ações que a transformam e que elaboração estrutural necessariamente advém dessas ações, fornecem ao realismo social um *método* de explicação da estruturação social ao longo do tempo, em termos de *interação* entre estrutura e agência – que pode ser usado para gerar teorias sociais práticas em domínios particulares. No sentido inverso, a “ontologia da práxis” da teoria da estruturação a priva da relação OS → ME → TSP, e isto, por sua vez, a restringe a ser apenas um “dispositivo de sensibilização”²⁹ ao invés de um programa de pesquisa. A razão fundamental para a diferença na utilidade prática é que a “dualidade da estrutura” apenas permite uma consideração de conjunto artificial de propriedades estruturais e conduta estratégica ao por

²⁸ Roy Bhaskar, *Dialectic: The Pulse of Freedom*, Verso, Londres, 1993, p. 1 60.

²⁹ Assim, ele “não pensa que é útil ‘aplicar’, como outros tentaram fazê-lo, a teoria da estruturação como um todo em projetos de pesquisa”. Anthony Giddens, “Structuration Theory and Sociological Analysis”, em J. Clarke, C. Modgil e S. Modgil (eds.), *Anthony Giddens: Consensus and Controversy*, Falmer, Basingstoke, 1990, pp. 310-11.

uma *epoché* metodológica sobre cada um, por sua vez. No entanto, desde que esses são duas faces da mesma coisa, os elementos ocultos devem, portanto, ser *coincidentes no tempo* (coexistência das *epochés* confina a análise à mesma *epoché*), daí, se conclui que a interação temporal entre estrutura e agência não podem, logicamente, ser examinadas.

Assim, seguindo a derrocada do positivismo e o desuso do velho debate entre Individualistas e Coletivistas, o que não desapareceu é a contínua necessidade de fazer uma escolha. O fardo de escolher é inescapável pois a “ontologia da práxis” endossa a constituição mútua entre estrutura e agência que não é nem reducionista (contra-individualismo) nem antirreducionista (contra-holismo) mas é a-reducionista. Por isso, o que eu denominei “elisionismo” torna-se uma orientação teórica distinta pelas seguintes três razões: 1) uma negação da *separabilidade* da estrutura e agência, pois 2) cada aspecto da “estrutura” é considerado dependente da atividade *no tempo presente* e, portanto, igualmente aberto à transformação, e 3) a convicção de que qualquer eficácia causal da estrutura é dependente de sua *instanciação* pela agência.

Consequentemente, a separabilidade/inseparabilidade de estrutura e agência representa a partição ontológica de caminhos entre os Elisionistas e os Realistas: uma partição necessária devida ao endosso da estratificação, emergência e temporalidade pelos realistas. Portanto, Bhaskar enfatiza:

A importância de distinguir, na forma mais categórica, a ação humana da estrutura social [...] pois as propriedades possuídas pelas formas sociais podem ser bem diferentes das possuídas pelos indivíduos de quem cuja atividade elas dependem [...] Eu quero, então, fazer uma distinção nítida entre a gênese das ações humanas, assentadas nas razões, intenções e planos dos seres humanos, por um lado; e as estruturas que governam a reprodução e transformação das atividades sociais, por outro.³⁰

A insistência em sua distinção é ontológica, mas é também metodológica, pois, como entidades distintas, é possível examinar a interação entre elas, o que é crucial para teorizar sobre o fato incômodo da sociedade, seja nossa preocupação os dilemas pessoais do dia-a-dia ou transformações sociais macroscópicas. A separabilidade é o atributo do exame da interação entre estrutura e agência da qual a teorização social depende. Apenas com esta base é possível falar sobre o rigor das restrições estruturais em contraposição aos graus de liberdade agencial. Do contrário, qualquer teoria que trate estrutura e agência como uma amálgama mutuamente constitutiva também implica que a causa é sempre a conjunta e igual responsabilidade dos dois e, portanto, que nenhum estado de coisas é jamais atribuível mais a um do que a outro. A ontologia social do realismo no garante falar de “pré-existência”, “autonomia relativa” e “influência causal” em relação a esses dois estratos distintos por virtude de suas propriedades emergentes e potências. Como tal, nos empodera a analisar os processos pelos quais se moldam a estrutura e a agência e remoldar-se um ao outro ao longo do tempo e explicar os variáveis resultados em diferentes circunstâncias. É a mesma premissa que permite ao realismo *crítico* ter um fio através do qual pode identificar restrições contextuais sobre nossas liberdades e especificar usos estratégicos de nossas liberdades para a transformação social.

M.A.,
Fevereiro de 1998.

³⁰ Roy Bhaskar, *Reclaiming Reality*, Verso, London, 1989, p. 9.